



ACÓRDÃO Nº 1163/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11464/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento e Policlínica Dr. José de Jesus Lins de Albuquerque – SPA.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Ralriene Fernandes de Souza (Ordenador de Despesa), Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6208/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento e Policlínica Dr. José de Jesus Lins de Albuquerque - SPA. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência. Encaminhamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza**, Diretora Geral do SPA José Lins no período de 01/01/2017 à 13/11/2017, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso II, todos estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, pela ausência de adequado planejamento e por haver realizado contratação direta mediante dispensa indevida de licitação;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Ralriene Fernandes de Souza**, Diretora Geral do SPA JOSÉ LINS, no período de 14/11/2017 à 31/12/2017, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso II, todos estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, por haver efetuado pagamento indenizatório por serviços prestados sem cobertura contratual;
- 10.3. **Aplicar Multa** a **Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza** no valor de **R\$ 3.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio



ACÓRDÃO Nº 1163/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 308, inciso VII da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, pela ausência de adequado planejamento e por haver realizado contratação direta mediante dispensa indevida de licitação; Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Dar ciência à Sra. Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza da decisão;

10.5. Dar ciência à Sra. Ralriene Fernandes de Souza da decisão;

10.6. Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público do Estado do Amazonas, nos termos do art. 102, da Lei 8.666/93.

11- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Novembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral